

Introdução

No Cap 13, Paulo aborda questões sobre a vida civil do cristão, incluindo como nós nos comportamos em nossa sociedade e como nos relacionamos com o Estado. Esse Cap ensina que o cristão deve exercer sua cidadania, pagando impostos, honrando e obedecendo às autoridades, pois elas procedem de Deus. De um modo geral vale lembrar que os cristãos têm dupla cidadania, pois são súditos do reino de Deus e cidadãos de seu País. Nessa condição, o cristão deve votar de forma correta, pois a política faz parte da realidade de todos. Se alguém afirma que não faz política isso já é fazer política.

Mas será que devemos obedecer às autoridades sempre, sob quaisquer condições? O que dizer por exemplo, do caso de um governo totalitário e tirano, que não respeita os direitos humanos e impede o culto a Deus? Será que toda autoridade é realmente legítima? Em quais casos ela deixaria de ser legítima? Ao examinamos a Bíblia, vamos encontrar algumas situações em que ordens de autoridades constituídas não foram atendidas. Um desses casos foi o das parteiras hebreias, relatado em Êxodo 1.16-17. Elas receberam ordem do rei do Egito para matar todos os meninos recém-nascidos para diminuir o crescimento do povo de Israel. Porém, essas parteiras não obedeceram ao rei e mantiveram os meninos com vida. Diante de situações desse tipo, como o cristão resolve o dilema de obedecer?

Outro tema desse estudo, aparece no Cap 14, onde Paulo trata de questões de consciência e convicções pessoais. Ele vai abordar o que ocorria entre os chamados crentes “fortes” na fé e os “fracos”. Ele instrui seus leitores a não ficar tentando mudar os outros crentes para que se adequem às suas próprias preferências, mas sim que devem mudar a conduta para não ofender o irmão mais fraco, respeitando as convicções uns dos outros. Paulo também instrui os crentes a abster-se de exercer suas liberdades, quando elas prejudicam outro cristão.

O cristão na qualidade de cidadão e o dilema de obedecer (Rm 13.1-7)

O destacado cristão, teólogo e filósofo Norman Geisler, nos apresenta em seu livro, *Ética Cristã: alternativas e questões contemporâneas*, alguns pontos práticos, que

nos ajudam a responder a algumas dessas questões. A seguir, destacamos três desses pontos.

a) Enquanto o governo se mantiver agindo debaixo de Deus, o cristão deverá obedecê-lo

O cristão deve obedecer às autoridades quando estas exercem seu governo, de acordo com os princípios estabelecidos por Deus. Porém, não é legítimo obedecer quando a autoridade toma o lugar de Deus. Foi o caso das parteiras hebreias citado há pouco.

b) Nem sempre será correto rebelar-se contra um governo

Poderá ser biblicamente justificável rebelar-se, se o governo tomar para si o papel de Deus. Mas se o governo não estiver assumindo o papel de Deus, não será biblicamente justificável rebelar-se contra ele. Nesse caso, pode-se fazer oposição a esse governo, mas dentro da perspectiva bíblica, não será justificável rebelar-se.

c) Nenhuma revolução é justificável para o cristão por motivos meramente políticos

Em seu livro, Norman Geisler defende que não existe justificativa bíblica para se derrubar um governo, a não ser que este pretenda assumir o papel de Deus. Mas quando é que um governo toma para si o papel de Deus? Isso ocorre quando ele oprime o cidadão com algum tipo de escravidão forçada, não governa mediante o consentimento dos governados ou trata os cidadãos como coisas e não como pessoas. Isso ocorre quando há desrespeito, vinganças, humilhação e outras práticas desse tipo.

Mas se deixarmos de lado as questões extremas, e nos concentrarmos no caso de um governo normalmente constituído, Rm 13.1-5, nos diz que devemos obedecer às autoridades por diversos motivos, dos quais destacamos: (1) os governos legítimos são instituídos por Deus com o papel de refrear os malfeitores e recompensar as pessoas de bem; (2) outro motivo é que, ao se submeter ao governo, o cristão contribui para fazer o bem, resistir ao mal, promover a ordem e impedir o caos.

Vale observar também que a igreja como entidade constituída legalmente, não deve interferir nas coisas do Estado e nem exercer pressão política sobre o governo. Havendo necessidade de alguma pressão, esta deverá ser feita pelo cidadão, individualmente ou mobilizado, sendo cristão ou não, através de entidades, partidos políticos ou movimentos organizados, e não pela igreja.

As questões das convicções de cada um (Rm 14)

No contexto da igreja em Roma, formada por judeus e gentios convertidos, o debate girava em torno de leis cerimoniais do Antigo Testamento (AT), tais como questões alimentares, a guarda de dias sagrados, como o sábado, e sobre as festas judaicas. Nesse Cap 14 Paulo argumenta que costumes, calendários e dietas, não eram relevantes para a salvação, sendo itens secundários. Ele defende que os cristãos poderiam divergir sobre questões de consciência e liberdade, as quais, deveriam ser tratadas como "opiniões" ou "assuntos discutíveis". Porém, não deveria haver diferenças, sobre absolutos ou doutrinas fundamentais da fé. Embora duas pessoas pudessem discordar sobre se um cristão pode beber vinho ou comer certos alimentos, não valia divergir quanto a pecados reais, tais como mentir, roubar ou oprimir o próximo. Ou ainda, discordar de doutrinas básicas, como a divindade de Jesus e a salvação pela graça, através do sacrifício Dele na cruz.

Mas quem eram os crentes fortes na fé e quem eram os fracos?

a) Os Crentes "fracos" na fé

Paulo chama de "fracos" aqueles cuja consciência ainda estava muito presa a regras, rituais, tabus alimentares e dias sagrados. Esses crentes se recusavam a comer carne, provavelmente porque, seguindo as leis bíblicas do AT, temiam que a carne vendida nos mercados de Roma tivesse sido sacrificada a ídolos. Também faziam questão de guardar certos dias como mais sagrados que outros, como o caso dos sábados. Geralmente eram cristãos judeus que, mesmo tendo aceitado Jesus como o Messias Salvador, tinham muita dificuldade em abandonar os séculos de tradição cultural e religiosa da Lei Mosaica. A tendência desses crentes "fracos" era não apenas aplicar esses procedimentos a eles mesmos, mas também julgar e condenar os outros, achando que, quem não seguisse essas regras, estaria pecando.

b) Os crentes "fortes" na fé

Os "fortes" eram aqueles crentes que compreendiam plenamente a liberdade que o evangelho trazia. Sabiam que a salvação dependia apenas de Cristo, e não de regras alimentares.

Sabiam ainda, que nenhum alimento era impuro em si mesmo (Rm 14.14). Entendiam que comer carne sacrificada a ídolos não mudava nada, pois os ídolos nunca foram divindades verdadeiras. Para esses crentes fortes, todos os dias haviam sido criados por Deus e eram iguais. Geralmente esse grupo era formado em sua maioria, por gentios, mas também por alguns judeus, como o próprio apóstolo Paulo. Os crentes de origem judaica poderiam praticar alguns cerimoniais, por tradição ou por questões culturais, mas sem a obrigação religiosa do AT, pois já haviam assimilado a transição para a Nova Aliança no Novo Testamento.

Quais seriam as principais diferenças entre crentes fortes e fracos? Elas continuam a existir?

i. Os crentes fracos tendem a condenar as ações dos fortes.

Como os fracos ainda não entenderam a liberdade cristã, não aceitam essa liberdade nos outros. Com isso, tendem a ser reconhecidos pelo desprezo e a prontidão em criticar as atitudes dos fortes.

ii. Os crentes fortes percebem melhor a natureza da graça

Os fortes são aqueles que estão mais plenamente conscientes de que graça é receber algo sem merecer. Eles tendem a ter mais conhecimento da Palavra de Deus. Além disso, costumam ter uma compreensão maior da doutrina e tendem a ter uma fé bíblica pessoal mais forte.

iii. Os fortes são suscetíveis ao pecado da arrogância

Um ponto de atenção relativo a esses crentes é que eles tendem a desprezar aqueles que não conseguem compreender plenamente a graça. Usualmente apresentam-se com uma postura superior, apesar de condescendentes algumas vezes.

Para cada um desses grupos, fortes e fracos, Paulo tem uma palavra de advertência e instrução. No geral, a instrução para o crente forte, é deixar de julgar as convicções do outro mais fraco. Ao contrário, deve se empenhar em acolhê-lo em um relacionamento interpessoal, que seja caloroso e de aceitação. Paulo simplesmente afirma em Rm 14.1: "Acolham quem é fraco na fé, não, porém, para discutir opiniões".

Bibliografia

1. Notes on Romans – Thomas Constable
2. Ética Cristã: Alternativas e questões contemporâneas – Norman L. Geisler (Vida Nova)

